

SOMOS POVOS SOMOS NAÇÕES



SUBSÍDIOS DIDÁTICOS  
SOBRE A QUESTÃO INDÍGENA

Série B - Vol. 2  
CIMI - CNBB

Capa: pintura de moça Karajá no ritual *Ārinokā*  
Ilha do Bananal, GO. Foto de André Toral.

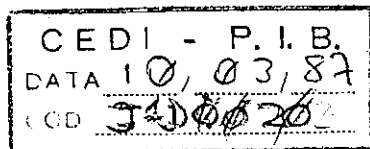
### **ILUSTRAÇÕES:**

Págs. 29, 30 e contra capa - Ciça Fittipaldi, motivos Yanomami

Págs. 15 e 27 - arte Kadiwéu

Pág. 22 - desenho Kulina (Aldeia Maronáua)

Pág. 28 - motivo indígena de Valliserrana (Argentina)



# SOMOS POVOS SOMOS NAÇÕES

SUBSÍDIOS DIDÁTICOS  
SOBRE A QUESTÃO INDÍGENA

Série B - Vol. 2  
CIMI - CNBB  
1987

## Índice

Introdução .....	05
Capítulo 1 - A terra - o direito de nela viver .....	06
Capítulo 2 - Cultura - o direito de ser diferente .....	11
Capítulo 3 - Organização - a luta é nossa .....	16
Anexo I - O projeto Carajás .....	23
Anexo II - Sozinhos não podemos nada .....	25

## Introdução

A nação brasileira está vivendo um momento importante, pois em breve teremos uma nova Constituição, que é a lei máxima do país, onde os direitos de todos os que aqui vivem devem ser garantidos.

Os povos indígenas nunca foram reconhecidos como nações autônomas, pois desde a chegada dos portugueses, eles tiveram seus territórios invadidos e seus direitos negados.

Pouco a pouco, estão conquistando mais espaço no cenário político e mostrando à sociedade nacional que desejam ser respeitados. Neste livrinho vamos apresentar três pontos básicos nas suas reivindicações: terra, cultura e autodeterminação.

CIMI-CNBB

# 1. A TERRA

- o direito de nela viver -

Foto: Eugênio Wenzel



Queimada na reserva Apiaká (MT)

*“ Muitos perguntam: para que o índio quer tanta terra, se ele não cultiva tudo? O índio é diferente do branco. Ele pensa. Ele sabe que tem que plantar, mas que não pode destruir tudo. E se o governo abrir mão de mais terra para o índio, o índio vai ter oportunidade de fazer a natureza voltar a nascer de novo, pois a coisa mais linda da face da terra é a natureza. ”*

Mário Jacinto, índio Guarani

Os povos indígenas aqui viviam há milhares de anos, quando os portugueses e espanhóis chegaram em 1500. Eram senhores da terra, dos campos e das matas, vivendo não como donos impiedosos da natureza, mas como seus filhos, recebendo dela tudo que necessitavam. A terra era sua mãe e os animais, seres vivos, amigos e algumas vezes inimigos do homem.

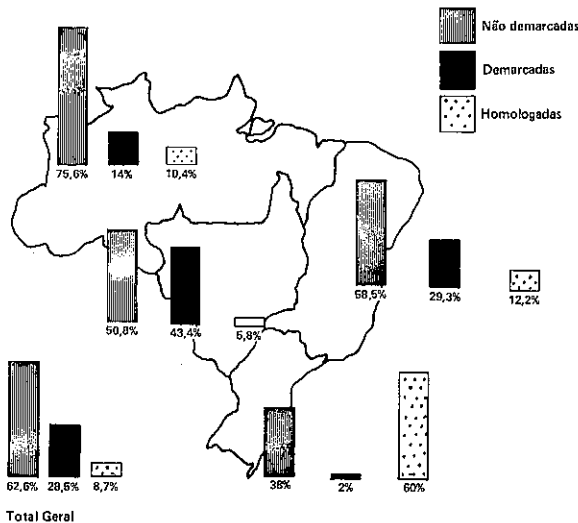
Apesar deste direito natural de possuírem a terra onde viviam, os povos indígenas tiveram seus territórios invadidos, confiscados pelos invasores brancos e somente em 1934 o governo reconheceu na Constituição Federal este direito. Mas os fatos tem comprovado que nem tudo que é Lei, está garantido neste país e a história dos povos indígenas no Brasil é uma história de muita violência e roubo.

## 1. O Estado brasileiro e as terras Indígenas

Nestes últimos 20 anos, muitos territórios indígenas estão sendo tragados pelas águas dos grandes lagos das represas e hidrelétricas. As empresas mineradoras e o garimpo estão invadindo terras indígenas e desestruturando povos nativos em quase toda a Amazônia, seja na busca de ouro, cassiterita ou na exploração de petróleo e gás natural. A instalação de grandes projetos financiados pelo capital internacional está abalando comunidades inteiras, como é o caso do **Projeto Carajás**, no Pará, Maranhão e norte de Goiás, e o **Polonoreste**, em Mato Grosso e Rondônia. Conflitos com fazendeiros e posseiros que invadem impunemente as terras indígenas continuam ocorrendo no centro-oeste, leste, nordeste e sul.

Em 1973, o governo do gal. Médici sancionava o Estatuto do Índio que pretendia dar normas para o relacionamento entre as comunidades indígenas e o Estado brasileiro. Estabelecia que dentro de cinco anos os territórios indígenas seriam demarcados. São decorridos 13 anos e apenas 8,7% das terras estão homologadas, isto é, assinadas pelo presidente da República e registradas em cartório.

Para se ter uma idéia melhor da gravidade do problema, apresentamos a seguir um gráfico, que mostra por região como estão as terras indígenas:



Como se observa no mapa, a região norte e centro-oeste, onde se localiza a maior parte das terras indígenas, são locais onde existe menos áreas homologadas, isto é, garantidas por lei. Entretanto ali estão acontecendo os maiores conflitos pela posse da terra, provocada pelas grandes firmas estrangeiras e nacionais, e freqüentemente com o apoio do governo local.

## 2. Terras indígenas e a Reforma Agrária

Demarcar as terras indígenas não é criar “reservas para povos privilegiados” e muito menos disputar áreas com **lavradores sem terra**. Se estes estão sem terra, não foram os índios que deles tiraram, mas sim o grande capital, que está expulsando o homem do campo, para ter mais terra para seus projetos gananciosos e para criar na cidade um exército de mão-de-obra barata.

A tão conhecida frase de que “há muita terra para pouco índio” não se sustenta, pois primeiramente os povos indígenas já não tem tanta terra como se diz, e também porque seus padrões culturais são diferentes dos nossos. Não podemos pensar em terras indígenas, calculando os hectares por família, como está pretendendo o nosso governo, mas garantindo-lhes o espaço necessário para sua sobrevivência.

Para os povos indígenas a terra deve ser comunitária e suficientemente grande para suas caçadas e para a forma rotativa de fazer cultivo. Foi esta a melhor maneira que a natureza ensinou-lhes, ao longo dos séculos, preservar o solo, a fauna e a flora. Se houvesse mais terra sob a guarda dos povos indígenas, a Amazônia não estaria tão devastada e os desertos nordestinos não teriam surgidos tão impiedosos.

Por que se questionar a existência de 250.000 hectares para um grupo de 400 a 500 indígenas, quando na Amazônia existe apenas uma firma, a Manasa, que mantém de forma improdutivo mais de 4 milhões de hectares?

Por isso é urgente uma reforma agrária que devolva a terra do latifúndio improdutivo ao trabalhador sem terra e na sua própria região, sem precisar jogá-lo em Rondônia ou Roraima, onde muitas vezes vão disputar terras agricultáveis com os próprios índios. Reforma agrária para os povos indígenas é também a demarcação e garantia de suas terras e não o loteamento de suas reservas.

Foto: Cláudia Andujar



Índios Yanomami (RR)



### 3. A defesa dos territórios indígenas na Constituinte

Os povos indígenas não estão ausentes do grande debate nacional que se faz, preparando a nova Constituição. Por isso a UNI - União das Nações Indígenas, juntamente com outras entidades que apoiam essa luta, elaborou os seguintes pontos referentes à terra e que devem ser defendidos na próxima Assembléia Nacional Constituinte:

a - **Reconhecimento dos direitos territoriais dos povos indígenas** como primeiros habitantes do Brasil. Os índios devem ter garantida a terra, que é seu "habitat", isto é, o lugar onde vivem segundo sua cultura e onde viverão suas futuras gerações.

b - **Demarcação e garantia das terras indígenas:** conforme a Lei 6.001/73, terminou em 21 de dezembro de 1978 o prazo para a demarcação de **todas** as terras indígenas. Hoje apenas 1/3 das terras está demarcado. Por isso é necessário colocar esta questão na nova Constituição Brasileira. Contudo, só a demarcação não basta: é preciso que as terras, uma vez demarcadas, sejam efetivamente garantidas, para evitar as invasões constantes que até hoje ocorrem.

c - **Usufruto exclusivo, pelos povos indígenas das riquezas naturais existentes no solo e subsolo de seus territórios.** De nada vale a demarcação e garantia de suas terras, se os índios não puderem decidir livremente como usar as riquezas do solo e subsolo de seus territórios. Eles tem o direito, como povos diferenciados, de escolher como empregar estas riquezas. O progresso do Brasil até hoje se fez às custas da destruição dos índios e da invasão de suas terras. Agora deve-se respeitar os povos que resistiram, assegurando-lhes condições para uma vida digna e para a livre construção do seu futuro. (**Agora, a luta decisiva dos índios na Constituinte**, Coordenação Nacional da Campanha dos Povos Indígenas na Constituinte, São Paulo).

## SUGESTÕES PARA O TRABALHO COM OS ALUNOS

- 1 - Promover um debate, dividindo a classe em dois grupos: o primeiro defenderá a política oficial do governo para a ocupação das áreas do interior com latifúndios, projetos agrícolas e grandes projetos (Carajás, Polo Noroeste, Transamazônica, Perimetral Norte e Calha Norte); o segundo defenderá a demarcação das áreas indígenas, garantindo seus espaços necessários, criando parques indígenas (Xingu, Araguaia, Aripuanã, Yanomami), parques nacionais e reservas minerais.
- 2 - Fazer um trabalho de pesquisa sobre as culturas indígenas, a preservação da natureza e as tecnologias alternativas na agricultura. O que os povos indígenas tem a nos ensinar no trato com a natureza?
- 3 - Fazer um mural sobre o projeto Carajás e as conseqüências negativas para o meio-ambiente e as populações locais (povos indígenas e lavradores)

- 4 - Projetar o audio-visual "Amazônia Vendida" e debater a política nacional da ocupação da Amazônia.
- 5 - Fazer uma pesquisa levantando o nome e a situação de todos os povos atingidos pelos grandes projetos na Amazônia (Carajás, Polo Noroeste, Balbina) e empresas mineradoras (Paranapanema, Goldmazon, etc.)
- 6 - Dramatizar com os alunos a violência da ocupação da terra no modelo capitalista, onde o pequeno é expulso pelos latifundiários; a situação dos "sem-terra" e dos boia-frias.
- 7 - Promover um debate sobre a Reforma Agrária, mostrando sua importância, o porquê de sua lentidão em ser implantada no Brasil, os vários modelos de reforma agrária e sua influência junto às populações indígenas.
- 8 - Discutir em classe com os alunos os pontos que os povos indígenas querem que sejam defendidos na nova Constituição e fazer abaixo-assinados e campanhas de cartas dirigidas aos deputados federais, pedindo-lhes seu apoio.
- 9 - Apresentar aos colegas e amigos o jornal PORANTIM, propondo que façam assinaturas, como uma maneira concreta de apoiar a causa indígena.

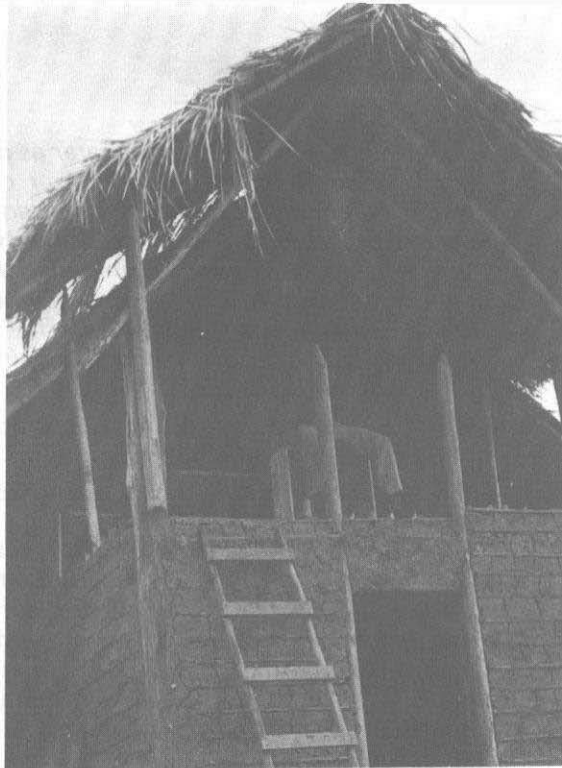
## BIBLIOGRAFIA

- 1 - Aconteceu Especial - **Povos indígenas no Brasil/1984** - CEDI, São Paulo, 1985
- 2 - Betty Mindlin - **Nós Paiter, os Suruí de Rondônia**, Vozes, Petrópolis, 1985
- 3 - Darcy Ribeiro - **Os índios e a civilização**, Vozes, Petrópolis, 1982
- 4 - David Maybury-Lewis - **A sociedade Xavante**, Francisco Alves, Rio, 1984
- 5 - Eduardo Viveiros de Castro - **Araweté, os deuses canibais**, Jorge Zahar Ed., Rio, 1986.
- 6 - Elizabeth Amarante - **As bem-aventuranças do povo Mÿky**, Vozes, Petrópolis, 1983
- 7 - Matias Lens e outros - **A Igreja e a propriedade da terra no Brasil**, Loyola, São Paulo, 1980
- 8 - Paulo Suess - **Em defesa dos Povos Indígenas**, Loyola, São Paulo, 1980
- 9 - Shelton Davis - **Vítimas do milagre**, Zahar Ed. Rio, 1978
- 10 - Cimi - **Os povos indígenas e a Nova República**, Estudos da CNBB nº 43, Paulina, São Paulo, 1986.

## 2. CULTURA

- o direito de ser diferente -

Foto: Fábio Villas



“ O que é importante é a nossa vida, o nosso costume. Não podemos deixar isso para pegar as coisas do branco. Nós temos tudo.”

Wayrotsú, índio Xavante

Opy da Aldeia Boa Esperança (ES) -  
Guarania M'Byá

### UMA CASA PARA A LUZ E PARA A REZA

*“A casa que o Guarani faz para a religião, na nossa língua é opy. É feito de vara e palha. Não pode fazer de qualquer maneira, nem virar a frente pra qualquer lado. Tem que ter a frente onde nasce o sol no verão. Porque no verão vem Tupã com trovoadas, vem amandau (corisco); vem e já limpa o mundo inteiro, tudo fica novo.*

*Então é a mesma coisa pra nossa religião: vem aquela força pra nós, pra cada vez mais adorar Nhanderu-Tupã (nosso Deus).*

*Dentro da opy, os homens sentam de um lado e as mulheres do outro. Ali não pode conversar as coisas erradas, não pode conversar as coisas comuns, nem o branco pode entrar quando o Guarani tá rezando.*

*Uma menina fica servindo o chimarrão para as mulheres e um menino servindo para os homens. Durante a reza uma mulher serve o kaguyju (bebida de milho). Todo mundo fuma o petyguá, que serve pra limpar o interior da casa. Na hora da reza, os homens ficam na frente com o mbaraká (maracá, chocalho) e as mulheres atrás, batendo o takuapu (feito de taquara) no chão.*

*Todos ficam em frente à parede que está voltada para o nascente. Nesta parede da frente tem uma janelinha que é para entrar arandu de Nhanderu (sabedoria de Deus) pra dizer p'ros Guarani como deve viver, como falar, como nós podemos andar, quando é que vai chegar as*

*doenças e como é que vamos sarar as doenças.*

*Quando Deus começou a fazer o mundo, não tinha sol nem lua. Então como Ele pôde fazer o mundo? Ele não precisava da luz do sol e da lua pra enxergar, ele tinha arandu, a sabedoria. Essa lua e esse sol que tem aqui, não está iluminando lá em cima pra Deus, está iluminando pra nós. Pra Deus já tem luz que é arandu.*

*O Governo não tem sabedoria, por isso que ele não está enxergando a situação, o sofrimento do índio. A sabedoria dele está apagada, a sabedoria não está iluminando.”*

(Depoimento dos Guarani de Boa Esperança - ES  
in Porantim, nº 80, 1985, pág. 16)

### 1. Que cultura superior é a nossa?

Durante muito tempo e até recentemente, pensou-se que a cultura ocidental era superior e que tinha muito a oferecer às nações de outra cultura. E essa superioridade, comprovada pela técnica e pelas armas, mostrou-se muito frágil em outros campos, como no relacionamento social e na preservação da natureza. Criamos uma humanidade onde meia dúzia de países, vive no luxo, às custas da miséria de uma enorme massa de pessoas que vivem nos países pobres. Em muitas áreas do planeta enormes desertos estão surgindo e são fabricadas armas e bombas capazes de destruir a terra dez vezes.

Todo esse desequilíbrio social e ecológico é coisa estranha para os povos indígenas que sempre procuraram colocar o coletivo acima do individual, pois esta foi a melhor forma de manter a igualdade natural desejada por Deus no plano da criação.

Porém a ambição de uns poucos, consegue criar mecanismos que levam a chamar o certo de errado e o errado de certo, como já denunciavam os profetas da Bíblia. Não existem raças superiores ou inferiores, mas culturas diferentes onde cada povo vai ter sua maneira própria de viver. Por isso a preservação das culturas indígenas, ao invés de barrar o progresso, como andaram dizendo alguns militares, estará salvando nosso país da destruição de muitos valores, provocada por essa selvagem civilização tecnocrata. Desorientado diante de tantas contradições, Mairauê, índio **Kayabí**, declarou certa vez:

*“Os branco é um homem que tem coisas que eu não entendo. Nós da aldeia nos tratamos todos de irmãos, mas entre branco tem o que manda e toma a terra e o que vai lutar contra o índio como mandado.*

*Nós, como o negro, temos que mostrar para o branco que temos o direito de viver. Temos que ter o nosso Deus, o nosso modo de viver.*

*É engraçado, muitas vezes o branco diz: “Vocês têm que viver como nós e acabar com estas festa”. Eu gostaria de saber como é que um branco viveria como um índio. Nós queremos dizer para o homem civilizado da cidade, que eles só são civiliza-*

*dos porque acreditam que são, porque para nós eles são iguais.”  
(Precisamos um chão, E. Amarante, pág. 83)*

Foto: Fritz Tschol



**Criança Kayapó - Xikrin, do rio Bacajá (PA)**

## **2. O direito de ser nação diferente e a nova Constituição**

Por isso, preocupado com essa dimensão cultural a ser preservada e garantida pela nova Constituição, o Cimi elaborou um documento onde estes pontos são ressaltados:

“O Brasil é um país pluri-étnico, ou seja, constituído de vários povos diferentes entre si. Embora todos sejam brasileiros, porque nascidos em território nacional, são pertencentes à várias etnias, pois cada povo tem suas características, sua cultura, seus valores próprios. Cada povo tem sua história e uma visão distinta sobre a realidade e o mundo que os envolvem.

É importante que a Constituição reconheça:

a - que índios e não-índios são todos brasileiros e que tem os mesmos direitos civis e políticos, fazendo-se desnecessário que os primeiros, por se constituírem minoria étnica, tenham que se integrar à sociedade nacional. Eles já fazem parte dela, sendo-lhes assegurado assim o direito à cidadania;

b - que são povos com usos, costumes, tradições e formas de organização social, política e econômicas próprias, sendo indispensável, entre outras coisas, que lhes garanta o direito ao ensino bilingüe em suas escolas e o uso da língua nativa em jornais, rádio e televisão.”  
**(Agora a luta decisiva dos índios na Constituinte, Cimi, 1986)**

## SUGESTÕES PARA O TRABALHO COM OS ALUNOS

- 1 - Ler o texto "Uma casa para a luz e para a reza" e verificar o que os alunos entenderam do mesmo. Propôr um debate sobre a idéia de Deus em nossa cultura e na cultura guarani.
- 2 - Fazer uma redação com o seguinte tema: "O governo não tem sabedoria e por isso ele não está enxergando a situação do pobre e do índio".
- 3 - Pesquisar nos Suplementos do jornal PORANTIM, do ano de 1986 e no Subsídio Didático "Povos Renascidos", apresentando as principais características de cada região cultural do Brasil indígena.
- 4 - Fazer um grande mural, com fotos e desenhos dos povos destas 10 regiões.
- 5 - Projetar o audio-visual "O índio, aquele que deve viver" e fazer um debate sobre a questão da cultura, religião e educação entre as populações indígenas.
- 6 - Fazer uma pesquisa nos livros didáticos para ver como os povos indígenas são apresentados, sobretudo na História do Brasil e nos livros de Língua Portuguesa.
- 7 - Ler os livros "Brasil Vivo" de Chico Alencar (Vozes) e "OSPB" de Frei Beto (Ática) e compará-los com os outros livros didáticos de sua escola, principalmente no que se refere à questão indígena.
- 8 - Ler no livro "As belas mentiras" de Maria de Lourdes Nosella (Ed. Moraes) o capítulo referente aos índios e debater com os alunos pontos ali levantados.
- 9 - Fazer na escola, na Semana do Índio, uma exposição de artesanato, procurando identificar as peças segundo o povo, apresentando fotos e dados sobre o mesmo.
- 10 - Passar em vídeo-cassete a série "Xingu" e debater com os alunos os vários aspectos ali abordados.
- 11 - Pesquisar em nosso folclore alguma festa ou lenda, marcada pela cultura indígena e tentar reproduzi-la em forma de teatro ou dança.

## BIBLIOGRAFIA

- 1 - Alfred Kroeber - **Suma Etnológica Brasileira**, 3º vol. (arte índia), Vozes, Petrópolis, 1986
- 2 - Berta Ribeiro e outros - **A Itália e o Brasil indígena**, Index Editora, Rio, 1983
- 3 - Darcy Ribeiro - **Uirá sai à procura de Deus**, Paz e Terra, Rio, 1974
- 4 - Eduardo Galvão - **Encontro de Sociedades**, Paz e Terra, Rio, 1979
- 5 - Egon Schaden - **Aspectos fundamentais da cultura guarani**, EPU/EDUSP, São Paulo, 1974  
- **Leituras de Etnologia Brasileira**, Comp. Ed. Nacional, São Paulo, 1976
- 6 - Gunter Kroemer - **Cuxiuara**, Loyola, São Paulo, 1985
- 7 - Hélène Clastres - **Terra sem mal: o profetismo Tupi-Guarani**, Ed. Brasiliense, 1983
- 8 - Manuela Carneiro da Cunha - **Os mortos e os outros**, Ed. Hucitec, São Paulo, 1978
- 9 - Roberto Cardoso de Oliveira - **Sociologia do Brasil Indígena**, Ed. Tempo Brasileiro, Rio, 1978

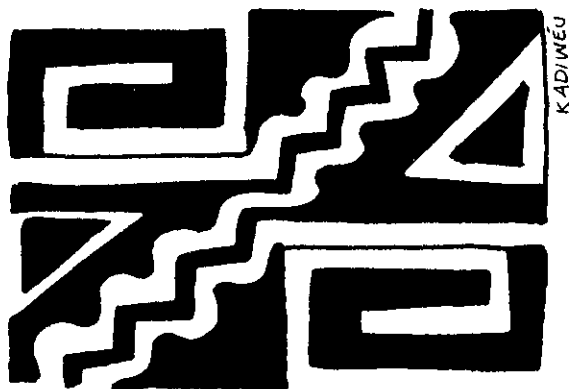
## Slides

- 1 - **O índio, aquele que deve morrer** - 1ª parte, 78 slides e fita K7
- 2 - **O índio, aquele que deve viver** - 2ª parte, 73 slides e fita K7
- 3 - **O índio, nosso irmão na luta e na esperança** - 3ª parte, 54 slides e fita K7
- 4 - **Amazônia vendida** - 69 slides e fitas K7

Pedidos a: Cimi - Norte II

C.P. 1454

66001 - BELÉM - PA (tel. 091-229-3191)



### 3. ORGANIZAÇÃO - a luta é nossa -

*"Pensando noite e dia, remoendo o problema de minha tribo, encontrei um único caminho. O único caminho seria então procurar unir esta nação esfacelada, esta nação espoliada, que vive sem orientação, desorientada. (...) Por isso pensamos organizar aqui, ao sair deste salão, deixar aqui um marco, uma associação, uma federação indígena genuinamente, autenticamente indígena, dirigida por índio. Porque só o índio, sentado com seus líderes, debatendo seus problemas e levando aquele direito à Funai, ao Presidente da República, ao povo brasileiro, para que sinta o problema do índio."* (Marçal Tupã'i, líder Guarani, 1º Seminário Sulmatogrossense de Estudos Indigenistas, 1980).

Foi essa necessidade do índio denunciar seus problemas, suas dificuldades, que levou os povos do Mato Grosso do Sul e posteriormente os povos de outras regiões do Brasil a se organizar no movimento chamado hoje UNI - União das Nações Indígenas, que praticamente abrange todos os povos indígenas do Brasil.

Foto: Paulo Suess



Assembléia Indígena Nacional - Kumarumã (AP)



## 1 - UNI - União das Nações Indígenas -

Com as dificuldades próprias de todo movimento que se inicia, sobretudo por envolver mais de 170 povos diferentes, com culturas e tradições diversas, a UNI já é uma realidade, mesmo sem o apoio da Funai e dos órgãos oficiais.

Passando a palavra aos próprios índios, vamos conhecer melhor sua organização:

“O que é a UNI?”

A UNI - União das Nações Indígenas é a maneira que o povo indígena se junta para defender sua terra. A UNI é a organização dos Povos Indígenas do Brasil.

Desde o ano 1984 que a UNI tem um Conselho Indígena. Na reunião de Goiânia (junho de 1985) decidimos fortalecer este conselho, apresetando os nomes, que serão confirmados nas regiões de cada conselheiro. São 27 pessoas das seguintes nações: Makuxí (RR), Tukano, Tikuna (AM), Yawanawa, Apurinã, Kaxarari (AC), Karipuna (AP), Munduruku (PA), Guajajara (MA), Xokó (SE), Suruí (RO), Xavante, Bororo, Irantxe, Imutina, Bakairi, Tapirapé, Rikbatsa, Paresi (MT), Terena (MS), Guarani (SP), Kaingang (SC).

“Cada região do Brasil já tem um parente que é o **coordenador** deste Conselho.

Qual o trabalho do coordenador?

O coordenador deve trabalhar para resolver os casos das comunidades de sua região. Quando tem algum conflito com fazendeiro. Quando tem briga com o governo. Quando tem que resolver assunto com Funai.”

As coordenadorias regionais ficaram assim distribuídas:

Norte I (Amazonas)	Norte VI (Rondônia)
Norte II (Acre)	Norte VII (Pará)
Norte III (Roraima)	Centro-Oeste I (Mato Grosso e Goiás)
Norte IV (Amapá)	Centro-Oeste II (Mato Grosso do Sul)
Norte V (Maranhão)	Leste-Sudeste (MG, ES, SP)
	Sul (PR, SC, RS)

(**Jornal Indígena**, nº 4, outubro de 1985)

Algumas organizações regionais estão surgindo, como é o caso dos povos indígenas do norte de Goiás, que não estiveram naquela reunião de Goiânia, mas que estão ligados à UNI. Foi criado em maio de 1985 o Conselho Indígena do Norte de Goiás, envolvendo os povos Xerente, Apinajé, Krahô e Karajá (de Xambioá e Santana do Araguaia).

Há também a organização de algumas nações que vivem em vários estados do Brasil, como é o caso dos Guarani. Estão espalhados no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo. Todos os anos se reúnem para debater seus problemas e ultimamente contam com a participação dos

Guarani do Paraguai. Estes são os descendentes da grande nação Guarani, que no século XVI chegou a ter perto de dois milhões de pessoas.

## 2 - CISA - Conselho Indígena Sul-americano

Se a luta dos povos indígenas do Brasil é recente, o movimento já é antigo em outras partes do continente. Os nomes de Tupac Amaru e Tupac Katari, líderes indígenas assassinados no século XVIII, na região dos Andes, mostram que na América Andina o movimento indígena nunca deixou de existir. Para coordenar as várias organizações indígenas, foi criado em 1980, o **CISA** - Conselho Indígena da América do Sul, que agrupa entre outros o **Kollasuyu** (Aymara, Quéchuas e Uru da Bolívia), **Kuntisuyu** (Aymara, Quéchuas e Kampa do Peru); os Mapuche e Aymara do Chile; os Guarani do Paraguai; o **Conacnie** - Conselho Nacional de Coordenação das Nacionalidades Indígenas do Equador; o **Onic** - Organização Nacional Indígena da Colômbia, o **CRIC** - Conselho Regional Indígena do Cauca, da Colômbia, a **UNI** - União das Nações Indígenas do Brasil, o **Centro Kolla** na Argentina e representantes dos povos indígenas da Venezuela e Suriname.

Se não é fácil articular um movimento envolvendo 170 nações, como é o caso do Brasil, muito mais difícil é esta tarefa em nível continental.

A luta contra a dominação é uma só, mas várias são as maneiras de levá-las. O **CISA** continua firme, procurando articular os povos indígenas existentes em nove países da América do Sul.

## 3 - CMPI - Conselho Mundial dos Povos Indígenas

A luta de povos minoritários não é apenas de nosso continente, mas envolve todos os que tiveram suas terras invadidas por outras nações poderosas e que agora lutam para manter sua cultura e suas tradições. Por isso foi criado, 1976 o **Conselho Mundial dos Povos Indígenas**, reconhecido e apoiado pela ONU (Organização das Nações Unidas), abrangendo povos e organizações dos cinco continentes, divididos em cinco regiões: 1 - **CISA - Conselho Indígena da América do Sul**; 2 - **CORPI - Coordenadoria Regional dos Povos Indígenas** (América Central e México); 3 - **Região da América do Norte** que reúne o **Conselho Nacional Tribal** dos Estados Unidos e a **Assembléia das Primeiras Nações do Canadá**. 4 - **Região dos Sami**, que reúne as populações nativas dos países escandinavos (Noruega, Suécia e Finlândia); 5 - **Região do Pacífico** (Austrália, Nova Zelândia, Timor Oriental, Nova Caledônia, Polinésia, Havaí e Micronésia);

Outras minorias étnicas como os **Aino**, no Japão e os **Kurdos** no Iran e Iraque) tem solicitado sua participação no CMPI, assim como vários grupos da África.



Criança Karajá - Ilha do Bananal (GO)

## NOSSA LUTA NA CONSTITUINTE

Biraci Brasil, Índio Jawanawa

Somos dirigentes do movimento indígena, que é uma organização que, apesar de nova, é uma organização que carrega uma responsabilidade muito maior do que se pode pensar. Porque o movimento indígena enfrenta uma série de problemas. Nós brigamos frente a frente com o governo brasileiro, que está com toda a máquina. Mas, a cada dia o nosso movimento está se consolidando.

Quero falar mais um pouco sobre a Constituinte, porque é o que está na cabeça. Hoje é uma coisa discutida em nível de Brasil. E o movimento indígena vem discutindo em nível regional e nacional, desde quando se começou a falar na nova Constituição do país. E nós vemos isto com muito cuidado, porque a Constituição Brasileira pode ser muito importante, mas também pode ser muito perigosa para nós, índios. Primeiro porque nós, acompanhamos atentamente este Simpósio durante os dois primeiros dias, ficou bem claro o que a Nova República está pensando fazer com o futuro dos povos indígenas no Brasil.

Então, nós lutamos individualmente, como indígenas. Mas isso não foi o suficiente para garantir o nosso futuro. E aí chegou a necessidade de buscar aliança com todos os movimentos populares, seja da cidade, do campo, dos seringais, ou de qualquer canto do país, seja com preto, branco, índio, seja com que categoria for. Essa nova alian-

ça ainda não está consolidada. Porque desde a colonização enfrentamos preconceito racial. As pessoas que têm interesse em destruir a sociedade indígena sempre nos dividiram. Por exemplo, o seringueiro e o índio enfrentam o mesmo problema. Eles são discriminados igualmente, mas nunca houve uma aliança entre essas duas categorias. Hoje está havendo a necessidade de buscarmos um aliado junto a esses companheiros. E eu espero que dessa forma nós vamos conseguir nos representar e garantir a nossa identidade como nativo.

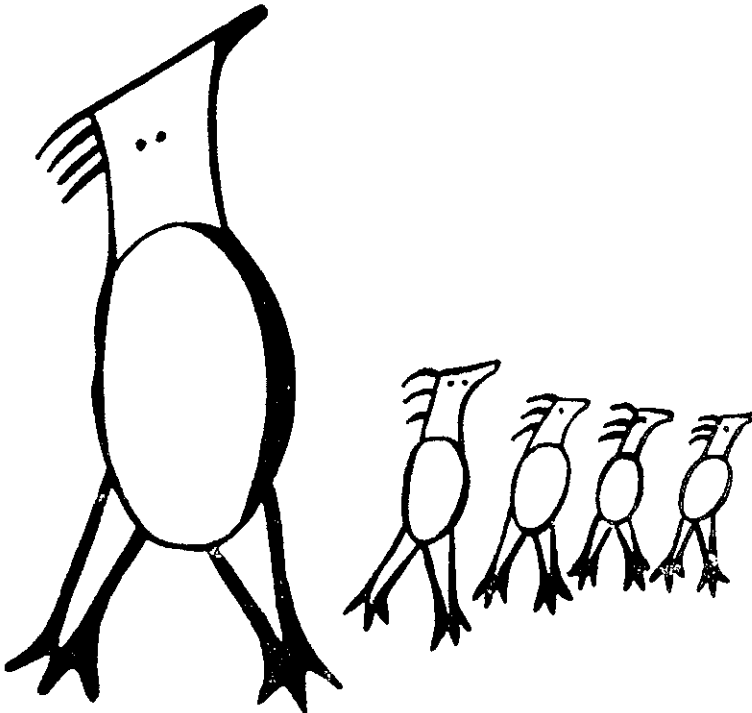
Eu vejo o seguinte: muitas vezes quando se falou em Nova República se falava em democracia. Mas, para o índio não foi uma democracia. Foi uma colonização. Democracia para o índio significa demarcação das suas terras, reconhecimento das reivindicações da reserva extrativista dos seringueiros, assentamento para os trabalhadores sem terra, que estão sendo violentados pelos pistoleiros e fazendeiros. Democracia significa saúde para todos. Democracia significa educação para todos. Democracia significa paz. Democracia significa respeito pelo homem, o que o país brasileiro não carrega e não tem. Por isso estamos nós, nativos da terra, concorrendo às eleições deste ano, apesar de que não é tão fácil para nós sermos eleitos num país tão cheio de corrupção e de discriminação social. Mas, estamos enfrentando para que nós possamos levar essa mensagem: para que façam uma democracia, que façam uma sociedade do futuro. Que esta sociedade seja uma sociedade justa do povo brasileiro, onde o índio, onde o seringueiro, onde os trabalhadores rurais, onde os ribeirinhos se sintam brasileiros, se sintam vivos, se sintam presentes. É por isso que estamos aqui, nós candidatos do movimento indígena, concorrendo às eleições, não só para termos um mandato parlamentar, se formos eleitos. Eu acho que alguns companheiros que assessoram o movimento indígena já sabem o que ocorreu na assembléia nossa que houve em julho do ano passado, em Goiânia. Nós não queríamos assumir um partido político e nem ter um mandato parlamentar. Nós reivindicamos a nossa participação direta na Constituinte, só pelas nossas lideranças, pelo nosso povo e dentro daquilo que fala a respeito da questão indígena e depois voltar para as nossas bases, viver dentro dos nossos costumes tradicionais. Mas a Nova República mais uma vez desrespeita os povos indígenas. Não aceitou a nossa participação dessa forma. Então tivemos hoje que nos submeter a esse jogo político, que para nós é um mundo estranho, mas que é uma realidade. E eu espero que cada um dos companheiros que esteja ligado à questão indígena ajude de fato o índio, que vocês assumam o compromisso para uma sociedade do futuro. (**Biraci Brasil**, coordenador regional da UNI - AC, Seminário da Amazônia, Brasília, 1986).

## SUGESTÕES PARA O TRABALHO COM OS ALUNOS

- 1 - Após a leitura do texto de Biraci Brasil, propôr um debate com os alunos: um grupo defendendo a participação do índio como deputado e outro grupo defendendo a participação indígena com representantes de suas organizações junto ao Congresso Nacional, sem passar por eleições gerais e pelos partidos políticos.
- 2 - Projetar o audio-visual "O índio, nosso irmão na luta e na esperança" e debater as formas de organização indígena ao longo destes séculos de dominação portuguesa.
- 3 - Fazer uma pesquisa no jornal PORANTIM e levantar as lutas de dominação e resistência indígena.
- 4 - Ler o artigo do PORANTIM sobre os bandeirantes (nº 86/abril 86) e debater com os alunos a figura destes "herói". Por que de caçadores de índios, se transformaram em ídolos? Verificar em sua cidade se há alguma praça ou rua com o nome de algum deles e propor que a Câmara Municipal substitua-o pelo nome de algum líder ou mártir indígena.
- 5 - Criar na escola um Centro Cívico, dando-lhe o nome de algum líder indígena e fazendo com que a questão indígena seja debatida através de palestras, filmes ou slides.
- 6 - Convidar algum representante indígena para falar na escola sobre seu povo e sua aldeia.
- 7 - Pesquisar no jornal PORANTIM a situação dos povos indígenas de outros países das Américas (Guatemala, Nicaragua, Chile, Panamá, Colômbia, Canadá etc.)
- 8 - Comemorar em novembro a morte de Marçal Tupã'i, procurando conhecer a figura deste grande líder. Ouvir a fita da novela "Sangue Mártir" e dramatizá-la. (Pedidos à **Verbo Filmes**, Rua Verbo Divino, 993 - 04719 - São Paulo)
- 9 - Escrever aos deputados e senadores de seu Estado, pedindo a defesa dos cinco pontos que os povos indígenas querem ver assegurados na nova Constituição.
- 10 - Pesquisar os programas dos partidos políticos e ver como é encara a questão indígena.

## BIBLIOGRAFIA

- 1 - Antonio Hohlfeldt - **O gravador do Juruna**, Mercado Aberto, Porto Alegre, 1982
- 2 - Comissão Pró-Índio-SP - **A questão da emancipação**, Cadernos da Comissão Pró-Índio nº 1, Global Ed., São Paulo, 1979  
- **Índios, direitos históricos**, Cadernos da Comissão Pró-Índio nº 3, São Paulo  
- **O índio e a cidadania**, Ed. Brasiliense, São Paulo, 1983
- 3 - Conselho Indigenista Missionário - **Porantim**, jornal mensal, com suplemento didático, Brasília
- 4 - Daniel Cabixi, índio Paresi - **A questão indígena**, CDTI, Cuiabá, 1984
- 5 - Márcio Souza e outros - **Os índios vão à luta**, Ed. Marco Zero, Rio, 1981
- 6 - Paulo Suess - **Em defesa dos povos indígenas - documentos e legislação**, Loyola, São Paulo, 1980

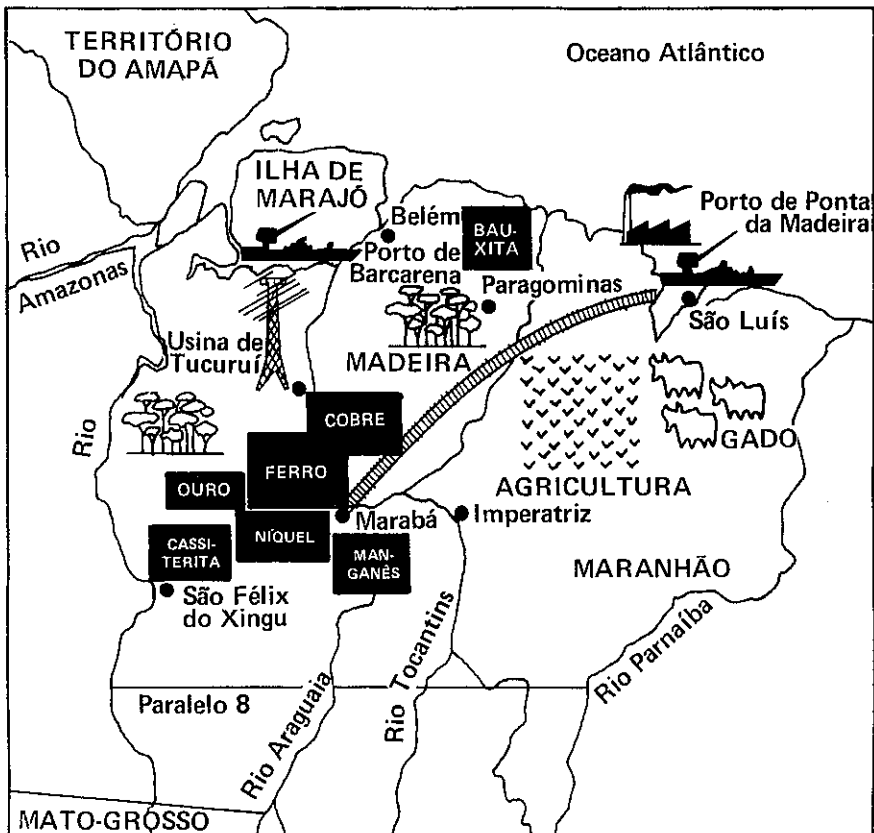


# ANEXO I

## - o projeto Carajás -

O Projeto Carajás é hoje, no Brasil, uma das mais graves ameaças à sobrevivência dos povos indígenas. Abrangendo parte dos Estados do Pará, Maranhão e Goiás, numa região muito rica em recursos naturais, conhecida pelo nome de Amazônia Legal, Carajás foi concebido, idealizado e planejado pelo Governo Federal, para "pagar nossa dívida externa". Ele oficializa também, ainda mais, a invasão das terras indígenas, podendo transformar os índios em mão-de-obra barata das grandes empresas nacionais e multinacionais. Tudo financiado pelo Banco Mundial, com sede nos Estados Unidos, no valor de 13,6 milhões de dólares.

### PROJETOS ECONÔMICOS DO GRANDE CARAJÁS



Quantos povos indígenas estão sendo diretamente atingidos pelo impacto do Projeto Carajás? Resposta: dez povos - quatro no sul do Pará: Parakanã, Xikrin, Suruí e Gavião; cinco no centro-oeste do Maranhão: Urubu-Kaapor, Guajajara, Guajá, Krikati e Gavião; e um no norte de Goiás: Apinajé. Em contrapartida, dentro do "Carajazão", além de inundações provocadas pela barragem de Tucuruí, as terras indígenas serão invadidas por mineradoras e grandes fazendas.

Esse projeto visa a atingir três faixas de interesses econômicos: mínero-metalúrgico, agropecuário e florestal. O resultado dessa exploração vai para fora do País, para as mãos daqueles que dominam o grande capital do mundo, como os Estados Unidos, Japão, Alemanha, Bélgica, França e Canadá. Não é a primeira vez que isso acontece. Nossa história registra que, desde a chegada dos portugueses, as riquezas minerais brasileiras sempre foram encher os ricos bolsos dos países estrangeiros.

Por isso, o genocídio\* de Carajás é muito mais violento do que se imagina. Suas conseqüências são imprevisíveis e incalculáveis tanto para os povos indígenas quanto para os trabalhadores rurais e o meio ambiente da região. Com a cobertura da Funai e da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), "Carajazão" promove uma verdadeira devastação da rica natureza amazônica, destruindo a fauna, flora e, mais grave ainda, a própria população: povos indígenas e camponeses.

Esse projeto significa, também, o envolvimento internacional na economia brasileira. A presença maciça das mais diversas empresas na região, muitas delas estrangeiras, completa a moldura do retrato da atual situação das populações indígenas no Pará, Maranhão e norte de Goiás.

Enormes jazidas de minérios existem em Carajás. Serão explorados, entre outros, os seguintes minérios: manganês - 18 bilhões de toneladas; níquel - 60 milhões de ton.; bauxita - 45 milhões de ton.; cobre - 1 milhão de ton.; cassiterita - 37 milhões de ton.; e ouro - 100 milhões de toneladas. Além do mais, serão construídos sete pólos industriais: Barcarena, Tucuruí, Marabá, Paragominas, São Félix do Xingu, São Luís e Imperatriz. Em outras palavras: o desenvolvimento capitalista que se programou para a Amazônia Legal, através do Projeto Carajás, vai ser a liquidação cultural de inúmeras e seculares nações indígenas, em nome do "desenvolvimento e da segurança nacional". Toda a produção de Carajás não ficará no Brasil, mas será exportada.

\* Destruição total ou parcial de um grupo étnico, racial ou religioso.



## ANEXO II

- sozinhos não podemos nada -

Foto: Paulo Sues



2º Congresso do Cisa - Tiwanaku - Bolívia

Vocês devem estar perguntando:

- Por que é que nós nos organizamos? Por que?

É uma pergunta que eu faço. Com base nisso temos que orientar-nos, ter nossa cultura, nossas metas, como povos indígenas: A organização não nasce simplesmente porque queremos. A razão é que existem necessidades, existem problemas, e estes problemas nos motivam para que possamos iniciar uma organização.

Organização, para nós, se entende organização comunitária, organização nacional e organização internacional. Eu considero essas três coisas muito importantes. Se nós nos organizamos primeiro em nível internacional, sem ter esses dois primeiros tipos de organização, não tem nenhum sentido e nenhuma força.

Por outro lado, se nos organizamos só em nível nacional, sem nos organizarmos por comunidade, também não temos força. É muito fraco. É como uma casa, só com telhado e sem pilares. O vento pode derrubar. A organização comunitária é o eixo principal para o futuro da luta de nossos povos indígenas. Uma vez consolidada a organização comunitária, passamos a fazer a organização nacional, que é a UNI, no Brasil, que é AIDSESP, no Peru, que é CONFENIAE, no Equador, CIDOB, na Bolívia, ONIC, na Colômbia, e outros mais países no mundo hoje.

Nós estamos nos preparando para uma luta. Então, os indígenas tem que organizar-se muito discretamente no nível comunitário. Para o trabalho a nível nacional, aí sim, não se pode trabalhar discretamente

te, porque, de qualquer forma, vão chegar a descobrir.

Em nível internacional, para nós, o que queremos, o que buscamos de estratégia é que, uma vez vocês sabendo que existem organizações em vários níveis, é estarmos sempre em contato, então devem procurar nos comunicar se os irmãos, em nível comunitário, têm problemas e podem comunicar-se nacionalmente, dentro de seu país. As entidades onde estão devem comunicar-nos, para que nós, em nível internacional, possamos tomar alguma medida para poder apoiar os seus irmãos. E vice-versa.

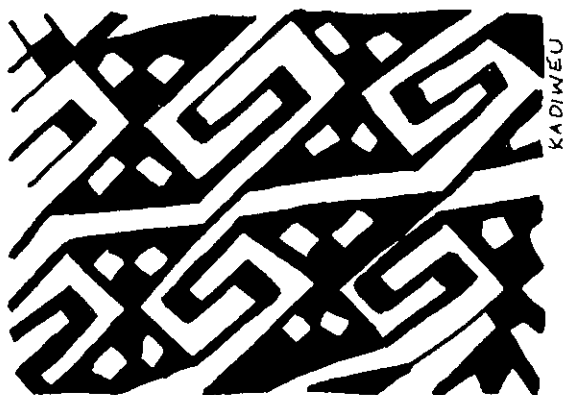
... Como eu já dizia no começo, em nível nacional temos muitos problemas. Vocês já disseram qual é o problema nacional, aqui no Brasil. Semelhantes são os problemas do Peru, Equador, Colômbia, Bolívia, Venezuela, etc. E nós entendemos que existe um acordo entre os governos destes oito países que formam a Bacia Amazônica. Estes governos firmaram um Pacto Amazônico, para dar recurso, desenvolvimento aos países que se encontram em crise. Através do desenvolvimento, destruindo a ecologia ambiental da Amazônia. Para nós, é um suicídio este acordo. Sinto mais porque nós indígenas vivemos ali.

Em várias reuniões, em cada país onde estivemos, convidamos, como irmãos indígenas, vários irmãos do Brasil e de outros países vizinhos, para discutir nosso futuro, nosso trabalho e nossa futura colaboração. E chegamos a constituir-nos como uma instância, que chamamos "Coordenadoria das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica". Esta Coordenadoria não é uma entidade que quer ter uma organização de cúpula, e sim, em cada país estamos trabalhando com força, porque os inimigos, as empresas, as companhias, que vocês nos possibilitaram conhecer neste Seminário, e os problemas que elas trazem no Brasil, o mesmo se passa também em outros países. Estes problemas nos motivam a trabalhar com rapidez. Por isso, é importante que, se os nossos irmãos não entenderam em nível de comunidade, não haverá muita força em nível nacional, e muito menos em nível internacional. É importante se organizar em nível de comunidade.

Em nosso país nós nos achamos sós. Muitas entidades indigenistas não fazem questão de meter-se. Dizem que este é um problema político. Alguém dizia que o indígena não é questão folclórica, e sim um problema político, que deve ser tratado no Parlamento e em outras instâncias do governo. Muitos intelectuais, porém, pensam que o indígena é simplesmente um enfeite da Amazônia. Tem que ser mantido assim, intacto. Isto é um equívoco. Eu estou vestido assim. Isto não significa que já deixei de ser indígena. Nós temos nossa lei interna, nós temos nossos pais, irmãos e comunidades. E estamos preocupados com o nosso povo. Muitas pessoas não entendem isso, os pesquisadores principalmente. No Peru, o que fazem é simplesmente entrar na Amazônia, onde estão os indígenas, para tirar fotografia e fazer perguntas. O que procuram é investigar e nada mais. Teses de doutorado, magistrado, etc. Lá as comunidades indígenas, são os primeiros a serem afetados pelo problema da terra. Porque, sem terra não há vi-

da, não há futuro. Este é o primeiro fator porque todos os indígenas do mundo lutamos por terra. Porque se não temos terra, não podemos falar no problema da educação, da saúde, hospital, médico... Se não temos terra, não podemos parar para falar. Se não temos terra, não temos recursos, casas, madeiras...

A intenção da Coordenadoria é manter forte este contato em nível de cinco ou mais países que fazem parte da Amazônia. Até o momento, trabalhamos muito lentamente, como já disse, porque não temos muitas pessoas e recursos. Mas, o importante é haver iniciado o trabalho. Esta é a nossa tarefa. (**Evaristo Nugkuag Ikanan**, membro da AIDSESP - Associação Interétnica de Desenvolvimento da Selva Peruana, Seminário da Amazônia, Brasília, 1986)





## LEITURA PARA JOVENS

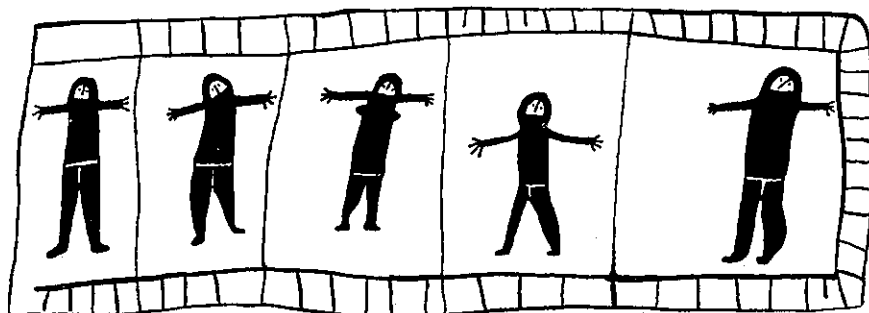
### - Povos das Américas -

- 1 - Bartolomé de las Casas - **O paraíso destruído**, LPM Edit., Porto Alegre 1985
- 2 - C.A. Burland - **Os Incas**, col. Povos do Passado, Ed. Melhoramentos, São Paulo, 1985
- 3 - **Contos, Mitos e Lendas para crianças da América Latina**, Co-edição Latino-América e Ed. Ática, São Paulo, 1981
- 4 - Dee Brown - **Enterrem meu coração na curva do rio**, Ed. Melhoramentos, São Paulo, 1983
- 5 - Eduardo Galeano - **As veias abertas da América Latina**, 15a. ed., Ed. Paz e Terra, Rio, 1981  
- **Memórias de fogo**, Ed. Paz e Terra, Rio, 1985
- 6 - **Gerônimo, uma autobiografia**, série "A visão dos vencidos", LPM Ed., Porto Alegre, 1986
- 7 - Josefina Oliva de Col - **A resistência indígena**, série "A visão dos vencidos", LPM Ed., Porto Alegre, 1986
- 8 - León Pomer - **História da América Hispano-Indígena**, Global Ed., São Paulo, 1983
- 9 - Marcus Cláudio Acquaviva - **Lendas e tradições das Américas**, Hemus Ed. Lda., São Paulo
- 10 - Miguel León-Portilla - **A conquista da América vista pelos índios**, Vozes, Petrópolis, 1984
- 11 - **O Papalagui**, Ed. Marco Zero, Rio

### - Povos Indígenas do Brasil -

- 1 - Alcy Cheuiche - **Sepé Tiaraju**, Bels Ed., Porto Alegre, 1975
- 2 - Aylton Quintiliano - **A guerra dos Tamoios**, Reper Ed., Rio
- 3 - Antonio Hohlfeldt - **O gravador do Juruna**, Mercado Aberto, Porto Alegre, 1982
- 4 - Chico Alencar e outros - **Brasil Vivo, uma nova história da gente**, Vozes, Petrópolis, 1986
- 5 - Cláudio e Orlando Villas Boas - **Xingu, os contos do Tamoin**, Ed. Kuarup, São Paulo, 1984  
- **Xingu, os índios, seus mitos**, Zahar Ed., Rio, 1979

- 6 - Daniel Cabixi, Índio Paresi - **A questão indígena**, CDTI, Cuiabá, 1984
- 7 - Darcy Ribeiro - **Maíra**, Ed. Civilização Brasileira, Rio, 1976
- 8 - Edilson Martins - **Nossos índios, nossos mortos**, Ed. Codecri, Rio, 1978
- 9 - Fausto Marinetti - **Colonizador colonizado**, Ed. Loyola, São Paulo, 1985
- 10 - Felicitas Barreto - **Memórias de um tucano**, Ed. Brasil América, Rio, 1982
- 11 - Francisco Moonen - **Pindorama conquistada**, Ed. Alternativa, João Pessoa, 1983
- 12 - Herbet Baldus - **Estórias e lendas dos índios**, Literart, São Paulo, 1960
- 13 - José Júlio Chiavenatto - **Curumim Cabano**, Ed. Brasiliense, Col. Jovens do mundo todo, São Paulo, 1985
- 14 - Júlio César Melatti - **Índios do Brasil**, Hucitec, São Paulo, 1982
- 15 - Luís Beltrão - **O índio, um mito brasileiro**, Vozes, Petrópolis, 1977
- 16 - Márcio Souza e outros - **Os índios vão à luta**, Ed. Marco Zero, Rio, 1981
- 17 - Maria de Lourdes Nosella - **As belas mentiras, a ideologia subjacente nos livros didáticos**, Ed. Moraes, São Paulo, 1981
- 18 - Orlando Sena - **X ana**, Codecri, Rio, 1979
- 19 - Sílvio Coelho dos Santos - **O homem índio, sobrevivente do sul**, Co-edição Univ. Fed. Santa Catarina e MEC, Florianópolis, 1978



## LIVROS RECOMENDADOS

**As bem-aventuranças do povo M'ky,** Elizabeth R. Amarante - Cimi/Vozes.

**Confederação dos Tamoios,** Eunice de Paula e outros - Cimi/Vozes.

**Entre os índios M'nkú,** Thomaz A. Lisboa - Loyola.

**História dos Povos Indígenas,** Eunice de Paula e outros - Cimi/Vozes.

**Inculturação e libertação,** Cimi-CNBB, Paulinas.

**Manual popular de saúde,** M. Versiani e R. Nascimento, Loyola, 1985.

**Maxakali na luta pela vida,** Cimi-Leste e outros.

**Os Enauenê-Nauê,** Thomaz Lisboa, Loyola, 1984.

**O índio no Rio Grande do Sul,** Bartolomeu Meliá.

**Os povos indígenas e a Nova República,** Cimi, Estudos da CNBB nº 43, Paulinas.

**Povos indígenas do Vale do Javari,** Campanha Javari.

**Precisamos um chão,** Elizabeth R. Amarante e V. Nizzoli - Loyola.

Pedidos por Rêembolso Postal

Conselho Indigenista Missionário

Caixa Postal, 11-1159

70084 - BRASÍLIA - DF - Tel. (061) 225-9457

**Atenção:** Pedido com mais de 5 exemplares terá desconto de 10%.



## Declaração de princípios

1. As nações e povos indígenas compartilham com toda a humanidade o direito à vida, do mesmo modo que o direito a estar livres de toda opressão, discriminação e agressão.
2. Nenhum ESTADO exercerá jurisdição alguma sobre uma nação ou sobre o território destes, a não ser que se faça de total acordo com os desejos livremente expressados do referido povo ou nação.
3. As nações e povos indígenas têm direito a controlar e gozar permanentemente dos territórios ancestrais-históricos. Tudo isto incluindo o direito ao solo e ao subsolo, às águas interiores e litorâneas, aos recursos renováveis e não-renováveis e às economias baseadas nestes recursos.
4. Nenhum ESTADO negará a uma nação, comunidade ou povo indígena que resida dentro de suas fronteiras o direito a participar na vida do ESTADO, qualquer que seja o modo ou o grau em que o povo indígena possa escolher.
5. As nações e povos indígenas têm direito a receber educação e a negociar com os ESTADOS nas suas próprias línguas e de criar suas próprias instituições educativas.
6. Tratados e outros acordos livremente realizados com as nações ou povos indígenas serão reconhecidos e aplicados do mesmo modo e de acordo com as mesmas leis e princípios dos tratados com outros ESTADOS.

Organização das Nações Unidas - ONU  
Genebra, julho de 1985

